

Ficou o pior

Vivemos, nos últimos meses, a sensação de estar o governo parado. Imóvel, sem conseguir romper o círculo de giz em que se meteu. Perplexo diante dos efeitos da crise econômico-financeira, no máximo produzindo expédientes. Empurrando com a barriga, para amanhã, os problemas de hoje. Depois de importantes conquistas no plano político-institucional e, mesmo, de certos avanços sociais, sobreveio a estagnação, determinada pela crise econômico-financeira.

Agora, ficou pior. A impressão geral é de que os motores esquentaram, mas para dar marcha à ré. Estende-se sobre nós a sombra do retrocesso, em seguida às nuvens do imobilismo. E não é outra pessoa senão o Presidente da República quem acena com tal perspectiva. Levanta dúvidas sobre o sucesso da última de suas metas possíveis, a abertura democrática. Foram suas palavras, na televisão, segunda-feira: "... as dificuldades econômicas podem comprometer a tranquilidade do País, essencial para o avanço democrático".

Não parece possível interpretar o branco onde se pinta o preto. Pretender como frio o que se diz quente. A equação está armada: se a crise econômica não for superada enfrentaremos explosões sociais, e explosões sociais colocam em risco o projeto democrático.

Haverá que indagar como chegamos a tão amarga situação, e importa, de início, afastar o raciocínio simplista de que tudo se deve à crise econômica, tenha ela maiores ou menores condicionantes externos. Porque a crise é consequência, não causa, e nessa constatação se resume tudo. Defrontamo-nos com o retrocesso precisamente porque, no plano econômico, os modelos aplicados foram em tudo e por tudo diferentes daqueles adotados no plano político-institucional. Mal ou bem, Figueiredo conseguiu mudar o quadro, desde a anistia à reforma partidária, dos momentos prolongados de liberdade de imprensa ao res-

tabelecimento das eleições diretas de governador. Do pleito realizado em novembro ao respeito aos seus resultados e à posse dos eleitos. Tudo ocorreu porque, de maneira a mais louável possível, o chefe do governo alterrou posturas e figurinos. Comportou-se, politicamente, como não se comportaram seus antecessores imediatos, Ernesto Geisel e Garrastazu Médici.

O problema é que, na condução da economia, permaneceram os vícios do passado. Imperialmente, o Executivo manteve-se alheio à nação, impondo, retificando, remendando e fracassando. Na política, dispôs-se a abrir o leque, plantando e colhendo frutos. Na economia, manteve a fechadura. Os tecnocratas conservaram intacta sua cidadela de prepotência e de presunção. Mesmo sem as tenazes do AI-5, fizeram e desfizeram sem considerar a sociedade, seus anseios, reclamos e necessidades. Marginalizados ficaram os empresários, os trabalhadores, os políticos e os representantes de classe, mesmo em questões que de perto lhes dizia respeito. De Mário Henrique Simonsen a Delfim Netto, foi sempre a mesma coisa: "Nós sabemos, nós ditamos, nós interpretamos e nós impomos"...

Não houve, como não há, comunicação entre governantes e governados, na condução da economia. Anos atrás, a fórmula não gerou percalços, apesar de haver implantado as bases para a dissociação entre o país real e o país formal. Agora, mostra-se perniciosa.

O presidente anuncia novas medidas, preparadas pela tecnocracia, e, no máximo, aparadas por quem dispõe de um pouco de sensibilidade política, entre seus auxiliares. Não obstante, o pacote das próximas horas surge como um ucasse do tempo dos czares russos: de cima para baixo, sem mais nada. Afinal, era tão fácil nos tempos do AI-5 dar o dito pelo não dito, adotar contradições soluções... Ninguém, entre os detentores do poder, se deu conta de que os tempos precisavam ser outros, também na

economia. E como não foram, eis o resultado capaz de ser fatal. O ruim puxa o bom. Ou ameaça puxar, conforme o mais recente pronunciamento presidencial.

O governo perdeu a credibilidade interna e externa, e não se poupa mais a figura do general João Figueiredo, como antes se poupava. Agora, não é apenas sobre Delfim Netto que recaem os sentimentos de basta e de exaustão. Com franciscana fibra, ele concebrou os reclamos gerais por muito tempo, mas estes, agora, tomam o rumo de quem, teimosamente mantendo o ministro do Planejamento, mantém em paralelo os mesmos figurinos e modelos.

A abertura política não se fez pela mão de um homem só, por maiores méritos a ele reconhecidos. A nação a queria, e dela participou, razão de seu sucesso. Vale o mesmo para a economia: sem a nação, nada feito. E o que é mais grave, com o risco anunciado de gerar o retrocesso institucional.

O que seria esse retrocesso, caso o governo não consiga superar as dificuldades com o novo pacote e, por conta dele, acirre-se a conjuntura social? Voltaria a censura à imprensa? Isolar-se-ia a classe política? Fechar-se-iam os partidos? O Congresso?

Certamente nada disso, por enquanto. Ao menos nem tanto. Mas, sem a menor dúvida, estrangular-se-á o processo sucessório um dia imaginado como político, civil e democrático. Outra tradução não possui a ameaça: a indicação de um novo presidente em círculo fechado. Imperial e talvez militarmente. Isso acontecido, aí sim o resto entrará em parafuso, numa questão de tempo.

O mais grave é que o diagnóstico está feito por quem melhor o faria, o próprio chefe do governo, misto de médico e de doente na medida em que, sobre ele, recairão os maiores ônus e prejuízos da marcha à ré. Ficará sem nada para inscrever-se na galeria da história, ele que chegou a possuir, senão tudo, quase tudo.